

# MILLENNIUM SNAPSHOTS SETORIAIS PRR

OPORTUNIDADES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

---

Energia  
e Clima

Millennium  
bcp Empresas  
AQUI CONSIGO

# EDITORIAL

## O plano para relançar a economia



**João Nuno Palma**  
Vice-Presidente da  
Comissão Executiva

*Eis aqui, quase cume da cabeça  
De Europa toda, o Reino Lusitano,  
Onde a terra se acaba e o mar começa (...)*

Luís de Camões

O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência é apenas uma parte do conjunto dos fundos que a União Europeia tornará acessíveis a Portugal nos próximos anos, com o objetivo imediato de reagir à crise pandémica, através de respostas articuladas para a reanimação económica e a criação de emprego, atendendo simultaneamente a problemas estruturais que se aguardam há vários anos.

O PRR não pode, por isso, ser encarado como um instrumento isolado e independente da reprogramação em curso no Portugal 2020, nem divorciado do próximo QFP – Quadro Financeiro Plurianual que vigorará até ao fim da década. O Plano encerra em si mesmo algumas conexões para o magno objetivo da dupla transição climática e digital.

Parece, assim, que a harmonia completa tem de ser complementada com as dotações anuais de investimento do



orçamento de Estado, bem como com o envelope financeiro final contratualizado para o Portugal 2030, aos quais ainda se podem associar, de forma adjacente e casuística, os programas que a Comissão Europeia gere na área da Ciência, como o Horizonte Europa (no apoio à investigação e à inovação) ou na área da Cultura, com o Europa Criativa.

Em suma e resumindo, os próximos cinco anos, até final de 2026, concentrarão uma disponibilidade financeira excepcional, e sem precedentes, para o desenvolvimento económico e social do nosso país, correspondente a mais de 48 mil milhões de euros de um total superior a 61 mil milhões de euros.

O PRR constitui-se como a fase seguinte aos apoios iniciais desenvolvidos para atenuar a dimensão da crise de 2020 – quer por via das garantias de Estado, quer por via das moratórias – às situações de emergência económica e social vividas em plena pandemia.

O CAPEX Público previsto para investimento na aquisição de bens e serviços (obras públicas e equipamentos, entre

outros) será de, aproximadamente, 10 mil milhões de euros, orientado para o estímulo da procura, com efeitos multiplicadores no crescimento económico.

Porém, face aos robustos objetivos dessa agenda PRR, a atual formulação do tecido empresarial pode, em alguns casos, não se ajustar às ambições aí consagradas, pelo que é muito atendível que a dimensão de alguns investimentos aconselhe e estimule processos de cooperação empresarial.

Esse é um dos grandes desafios do PRR: o desenvolvimento de parcerias e associação conferirá mais valor às oportunidades que aí se identificarem, seja pela dimensão ou pela especificidade, cabendo ao Estado proporcionar essas condições e às empresas organizarem-se para corresponder a esta intervenção excepcional.

Atendendo ao volume dos montantes envolvidos, mas também ao espaço de tempo disponível para a concretização do PRR, é desejável que a tramitação dos avisos de concurso seja simplificada, com estruturas ágeis, rápidas nos processos de avaliação de candidaturas e uma conseqüente fluidez nos processos de decisão e contratação.



Sendo certo que estes serão programas fortemente escrutinados, até pela experiência consolidada, sabe-se que a *Governance* do PRR, na área da coordenação técnica e de gestão, será assumida por uma estrutura de missão, e que a sua execução será contratualizada com agências e organismos públicos.

Neste contexto, no Millennium bcp, acreditamos genuinamente na parceria que podemos construir com os nossos Clientes, mas também na capacidade conjunta de ultrapassar este desafio extraordinário e singular!

Com estes *Snapshots* Setoriais PRR desejamos contribuir para que os empresários e gestores possam tomar decisões ainda melhor fundamentadas, contando para isso com as Equipas do Banco, como um parceiro que conhece bem a economia e está preparado no serviço que presta aos Clientes.

Pela nossa parte - no Millennium bcp - estamos comprometidos com as prioridades de mudança estrutural da economia portuguesa e no reforço do tecido empresarial, centrados na capitalização e robustez dos balanços das empresas, no redimensionamento empresarial, no incremento da inovação e no fortalecimento da capacidade exportadora.

Acreditamos que o contexto do pós-pandemia será fortemente desafiante.

Estando o Millennium bcp fortemente comprometido com a nossa economia e com o sucesso da sua evolução, e sendo o PRR e o QFP programas transformacionais cuja implementação e boa execução pelos nossos Clientes é também uma prioridade para o Banco, estaremos assim ativos e empenhados nas candidaturas das Empresas a atuar em Portugal aos programas referidos.

Contem connosco!

## CONTEXTO

# Portugal receberá 61 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos

No início de 2021, foi aprovada pelo Governo a Estratégia Portugal 2030 que constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo.

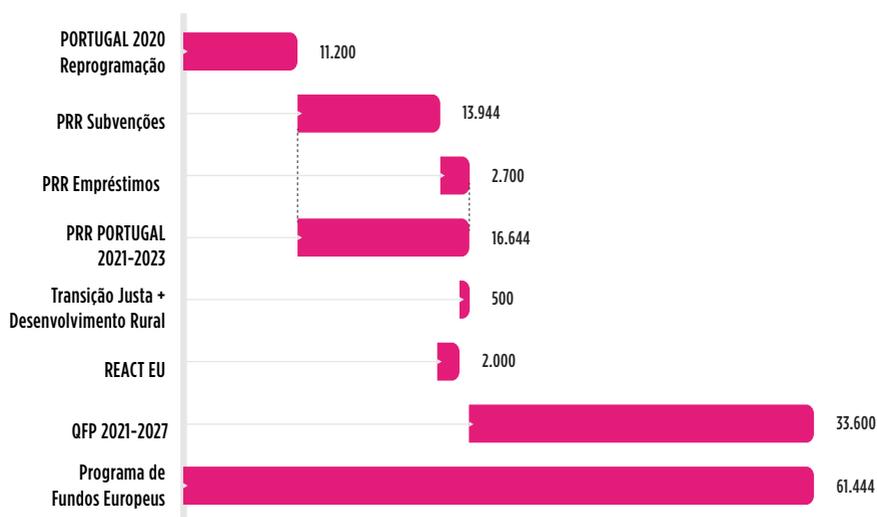
Em termos globais, **este será o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia, num total de 1,8 biliões de euros**, para ajudar a reconstruir a Europa no pós-Covid-19, criando uma Europa mais verde, mais digital e mais resiliente.

**Portugal contará com 61 mil milhões de euros para a sua recuperação e retoma económica**, pós-pandemia, com especial enfoque em três instrumentos de investimento: Portugal 2020, reprogramado com 11.200 milhões de euros; Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com 16.644 milhões de euros; e Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (QFP 21-27), com 33.600 milhões de euros.



## Financiamento das medidas de investimento económico e social

milhões de euros



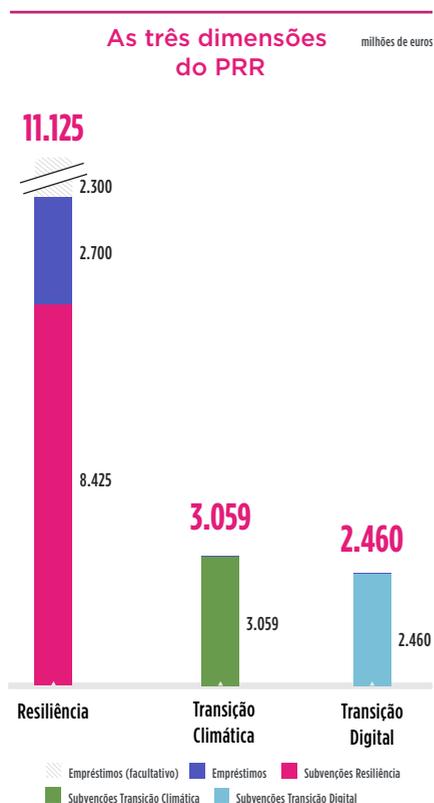
### Timeline para a execução do investimento

Plano PT-EU	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Responsável	Tempo
PORTUGAL 2020 Reprogramação	PT2020 11.200 M€									ADC	3 anos
PRR Subvenções		PRR Aprovação 13.944 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
PRR Empréstimos		PRR Aprovação 2.700 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
Transição Justa + Des. Rural + REACT EU		TJ + DR + REACT EU 2.500 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
QFP 2021-2027 PORTUGAL 2030		QFP 2021-2027   PT2030 Aprovação 33.600 M€					QFP 2021-2027 PT2030			ADC	7+2 anos

↑  
15/02/2021

# PRR 2021-2023

## Enquadramento do Plano de Recuperação e Resiliência

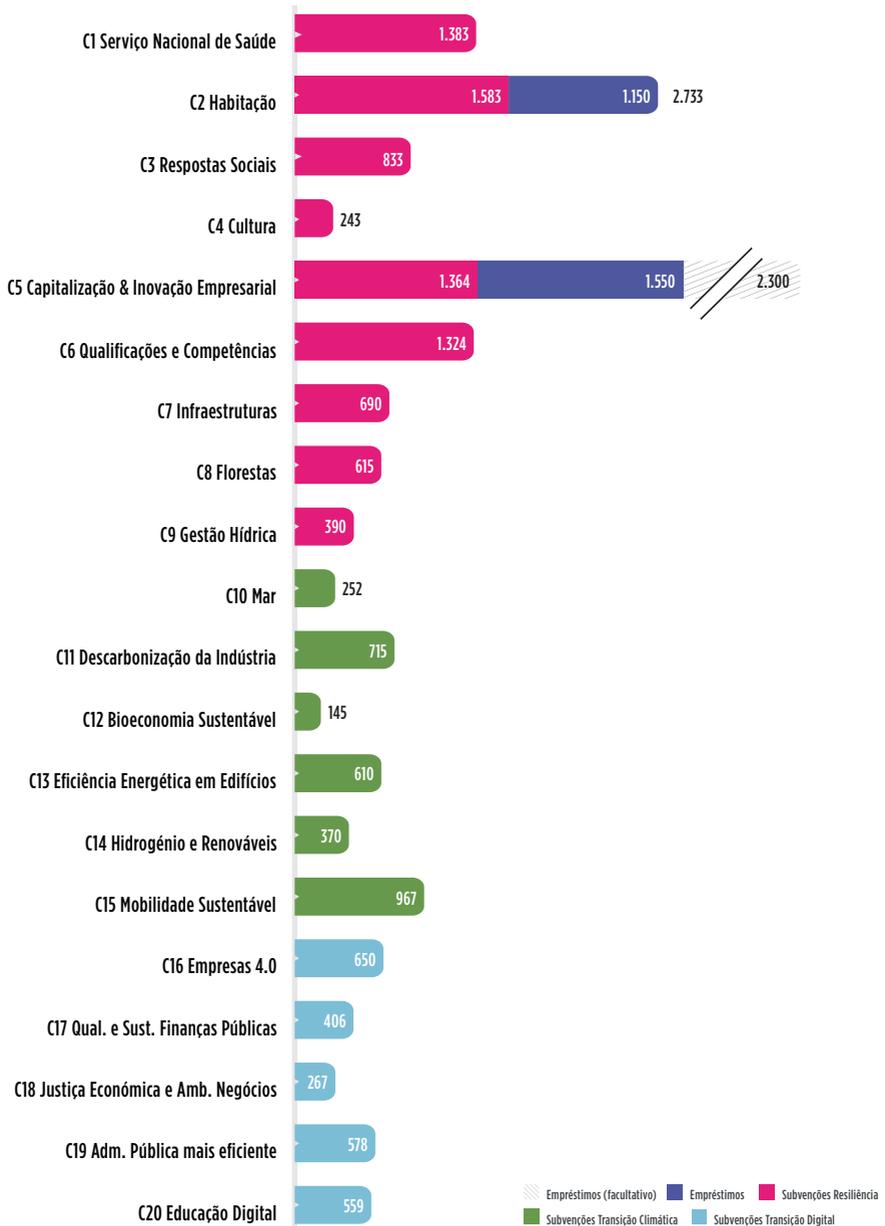


O Programa de Recuperação e Resiliência atribuirá a Portugal 13.944 milhões de euros em subvenções e 2.700 milhões de euros em empréstimos para ativar em três domínios de recuperação (resiliência, transição climática e transição digital), num conjunto de 20 componentes de investimento, 37 reformas e 83 investimentos, que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O recurso à componente de apoios sob a forma de empréstimos poderá ainda ser aumentado num valor adicional de 2,3 mil milhões de euros, após uma reavaliação no segundo semestre de 2022.

## As componentes do PRR

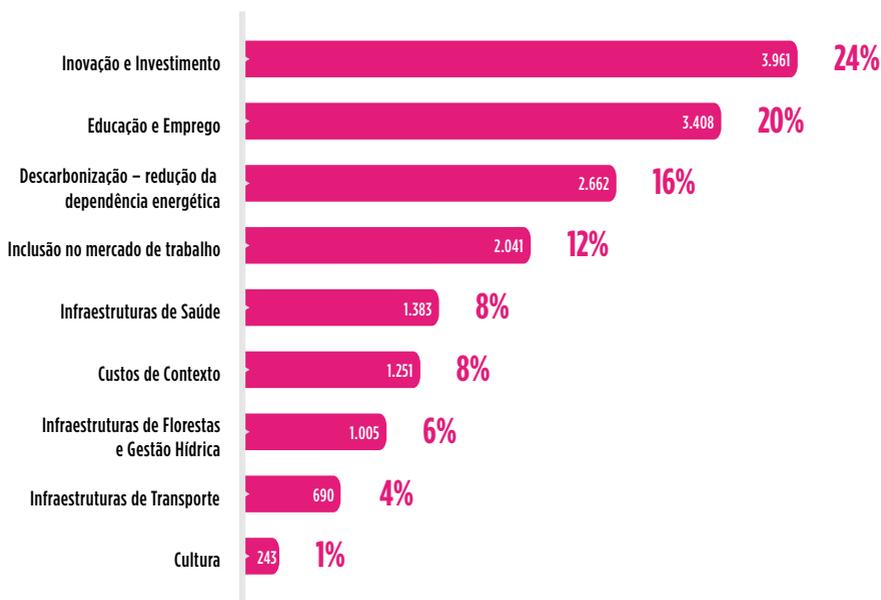
milhões de euros



As áreas temáticas mais impactadas pela resposta do PRR à pandemia são a Inovação e Investimento (Capitalização Empresarial, Inovação, Mar, Bioeconomia e Empresas 4.0), a Educação e Emprego (Alojamento estudantil, Qualificações e Competências e Escola Digital) e a Redução da dependência energética (Descarbonização da Indústria, Eficiência Energética, Renováveis, Hidrogénio e Mobilidade Sustentável). Estas três áreas representam 60% dos apoios concedidos.

### Visão do PRR por áreas temáticas

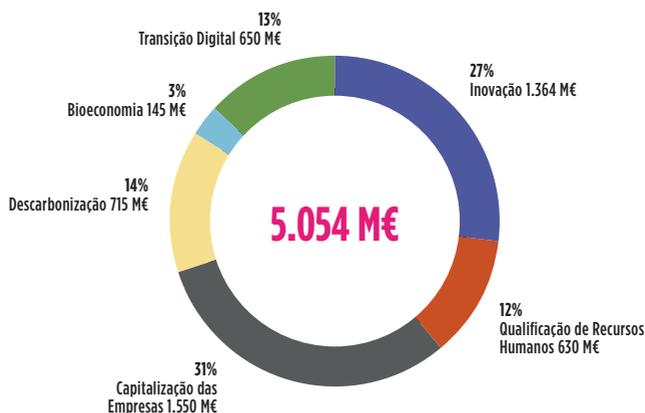
milhões de euros



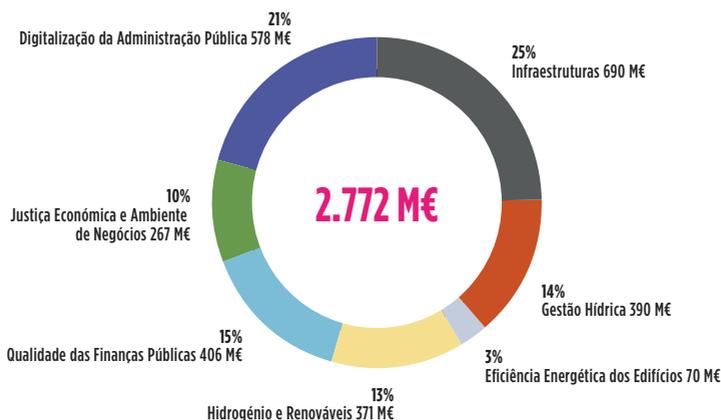
Dos cerca de 16 mil milhões de euros que constituem o PRR, mais de 10 mil milhões dizem respeito a investimento público distribuído pelos três grandes eixos do programa: a transição digital, a transição climática e a resiliência.

Na vertente de investimento privado, o PRR assume como principal missão apoiar o tecido empresarial português na recuperação da crise pandémica e na transição para uma atividade mais digital e amiga do ambiente. Neste âmbito, foram definidas medidas que preveem quer apoios diretos, quer apoios indiretos, através de investimentos que dinamizem a atividade do setor privado em Portugal.

### Apoio direto às empresas



### Apoios indiretos às empresas



A proposta do “PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro” foi submetida à Comissão Europeia no dia 22 de abril de 2021 e espera-se que ainda durante o segundo semestre de 2021 sejam disponibilizados os primeiros avisos para concurso.

A abertura destes avisos permitirá a aprovação de projetos de investimento de cada uma das componentes, abrindo assim as oportunidades para a contratação pública e adjudicação da execução às empresas e ao setor privado.

### Oportunidades no setor público



Aprovação do PRR



Abertura de avisos



Aprovação de projetos

### Oportunidades no ecossistema



Anúncios de contratação pública



Contrato público

# SETOR EM ANÁLISE

## Energia e Clima

---

Os **setores da Energia e Clima têm um papel transversal em todo o PRR** e a sua atuação está presente em múltiplas medidas dos mais variados setores de atividade. A Energia é o setor que mais contribui para uma sociedade descarbonizada.

**O setor energético é um pilar fundamental da economia nacional**, quer do ponto de vista do cidadão, quer do ponto de vista das empresas. É um sistema complexo que envolve diversas instituições e agentes, e que está em constante mudança para se adaptar aos desafios.

Apesar de todos os setores contribuírem para a descarbonização da economia, **a maior transformação será na mobilidade, nos transportes, na produção e no consumo de energia**, onde a concentração do investimento será mais relevante, e ainda **na área dos edifícios**, associada à reabilitação urbana e à incorporação de medidas de eficiência energética.

Os apoios terão metas e objetivos em matéria de emissões de gases com efeito de estufa, energias renováveis, eficiência energética, segurança energética, mercado interno e investigação, inovação e competitividade.

Fonte: PNEC 2030



### O setor no PRR

Da análise ao Plano de Recuperação e Resiliência (documento submetido a consulta pública) foi possível identificar quais as medidas com maior impacto potencial na atividade das empresas que atuam no âmbito da Energia e Clima, quer na qualidade de beneficiárias diretas, quer enquanto fornecedoras de competências, conhecimento e serviços.

**Consulte as medidas no final desta edição da Millennium Snapshots Setoriais PRR.**



# SOLUÇÕES MILLENNIUM BCP

## Venha conhecer as nossas soluções comerciais

---

Se antecipa poder vir a beneficiar das medidas contempladas no Plano de Recuperação e Resiliência, seja por via da candidatura a apoios diretos, seja pela oportunidade de fornecimento das necessidades públicas de investimento, **venha ao Banco do Plano de Recuperação e Resiliência.**



Conte connosco para o apoiar na candidatura, com as soluções de que necessita e o aconselhamento especializado:



Equipa dedicada



Clube de parceiros de consultoria



Análise financeira preliminar



Adiantamento de incentivos



Soluções de Factoring para antecipar as suas receitas



Financiamento da atividade e do investimento



Apoio às exigências legais (emissão de garantias bancárias)

**Para o financiamento da Economia, o Millennium bcp é o Banco que está ao lado das empresas.** Tudo para que o seu negócio retome a atividade e cresça.

**É tempo de pôr a economia a andar. Vamos lá!**

# Medidas: Energia e Clima

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
<b>RESILIÊNCIA</b>		
C5. Capitalização e Inovação Empresarial	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	<p>Água e Ambiente</p> <hr/> <p>Energia</p>
C7. Infraestruturas	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	<p>Intervenções piloto para testar ilhas de qualidade de serviço de estabilidade energética</p> <hr/> <p>Sistemas de produção e armazenamento de energia renovável para autoconsumo (e.g. energia solar)</p>
C9. Gestão Hídrica	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	<p>Barragem: criar uma albufeira com nível de pleno armazenamento (NPA) à cota 248,00 m, com área inundada de 7,24 km<sup>2</sup> e capacidade de armazenamento de 116,1 hm<sup>3</sup>, à qual aflui um volume médio anual de 57,83 hm<sup>3</sup>/ano, tendo por base as séries hidrologicas da APA, possibilitando a regularização de 50,3 hm<sup>3</sup>/ano para abastecimento público de água potável, fundamental para garantir a redundância no abastecimento às populações (cerca de 55.000 pessoas) de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, e para a irrigação dos blocos de rega. O coroamento da barragem situar-se-á à cota de 252 m e terá uma altura total de 52 m e 1.350 m de extensão</p> <hr/> <p>Central solar fotovoltaica (placas solares, inversores, flutuantes, cablagem de baixa e média tensão): instalação de painéis fotovoltaicos no espelho de água da albufeira</p> <hr/> <p>Contribuir para a transição energética</p> <hr/> <p>Infraestruturação de áreas agrícolas existentes: inclui estações elevatórias de rega, condutas, reservatórios de regulação e redes de distribuição, redes de rega e beneficiação de acessos agrícolas, prevendo-se a beneficiação de 5.078 ha de novos blocos de rega (Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira e Sousel). O projeto prevê que o perímetro de rega seja dividido em lotes com área não superior a 100 ha como forma de incentivar a atração e fixação de pessoas nesta zona de grave regressão demográfica</p> <hr/> <p>Mini-hídrica: para aproveitamento energético dos caudais a libertar para rega no vale e a jusante, beneficiando da queda proporcionada pela altura da barragem; terá uma potência instalada de 1,0 MW</p> <hr/> <p>Sistema de reforço de abastecimento da barragem de Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão: ligação da albufeira a criar até à estação de tratamento de águas de Póvoa e Meadas para garantia das necessidades de consumo urbano dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel</p>

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C9. Gestão Hídrica	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	Sistema de reforço de afluências: mobilizará os recursos hídricos de duas linhas de água que confluem a jusante da secção da barragem do Pisão (ribeira de Chocanal na margem direita e ribeira de Linhares na margem esquerda), com recurso a bombagem para a albufeira, potenciando a eficiência e resiliência do sistema hídrico global. O sistema será constituído por açude de derivação a jusante, estação elevatória e conduta elevatória
	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as afluências à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das afluências à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana
		Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros
		Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria
		Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola, recorrendo à modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos, com incidência nas áreas existentes, com adoção de sistemas de distribuição mais eficientes, a implementação de sistemas de teledeteção, controlo e monitorização dos consumos. Contempla, também, a melhoria da eficiência dos regadios individuais, através da instalação de sistemas de rega mais eficientes com monitorização e rastreamento dos consumos
		Reduzir perdas de água no setor urbano, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes, nomeadamente, incidindo nos sistemas em baixa (com maior potencial de redução de perdas reais, isto é, que ainda não atingiram as metas nacionais) e na implementação de zonas de monitorização e controlo nos sistemas
		Reforçar a governança dos recursos hídricos (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização), apostando no reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria nos principais consumidores, complementada por uma avaliação da utilização de água na rega através de deteção remota, que permitirá acompanhar regularmente as áreas regadas e estimar os volumes captados, fornecendo informação indispensável à decisão/gestão dos títulos de captação (novos ou existentes) e à sua fiscalização. Aposta, também, na implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade. Ao nível da governança, integra as estruturas de acompanhamento identificadas no ponto seguinte designado Implementação

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas	
<b>TRANSIÇÃO CLIMÁTICA</b>			
C13. Eficiência Energética em Edifícios	Eficiência energética em edifícios da Administração Pública Central	Promover investimentos numa significativa vaga de renovação energética de edifícios da Administração Pública Central e de instituições de ensino (de todos os níveis, incluindo superior), fomentar a eficiência energética e de recursos e reforçar a produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, através de ações de natureza idêntica à descrita para o investimento anterior	
	Eficiência energética em edifícios de serviços	Promover investimentos numa significativa vaga de renovação energética de edifícios de serviços, fomentar da eficiência energética e o reforço da produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, sob a responsabilidade do Fundo Ambiental e através das ações já descritas para os investimentos anteriores	
	Eficiência energética em edifícios residenciais		Promover a incorporação de biomateriais, materiais reciclados, soluções de base natural, fachadas e coberturas verdes e soluções de arquitetura bioclimática, sobre prédios urbanos ou suas frações autónomas existentes
			Intervenções que visem a eficiência hídrica, incluindo a substituição de equipamentos por equipamentos mais eficientes
			Melhorias ativas através, por exemplo, da implementação de sistemas de produção de energia elétrica de origem renovável, em regime de autoconsumo ou comunidade de energia renovável
Melhorias ativas através, por exemplo, de sistemas de climatização para aquecimento e/ou arrefecimento (ex.: bombas de calor) e aquecimento de águas sanitárias (ex.: solar térmico)			
C14. Hidrogénio e Renováveis	Hidrogénio e gases renováveis	Eletrólise (processos eletroquímicos e fotoeletroquímicos)	
		Enriquecimento de biogás da digestão anaeróbia de materiais biomássicos (não inclui a produção do biogás)	
		Metanação (hidrogénio renovável combinado com dióxido de carbono reciclado)	
		Processos biológicos (biofotólise e fermentação)	
	Processos termoquímicos e hidrotérmicos (gaseificação e pirólise)		
Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira		<p>Aumento da capacidade de produção de energia com base na fonte hídrica, remodelação integral da Central Hidroelétrica da Serra de Água e remodelação da Central Hidroelétrica da Calheta I</p> <p>Desenvolvimento de redes inteligentes para promover a descentralização da produção de energia e assegurar a gestão de um sistema elétrico cada vez mais complexo, com a produção para autoconsumo e outra produção descentralizada, bem como o crescente desenvolvimento da mobilidade elétrica, salientando-se a substituição de 130.000 contadores tradicionais por inteligentes, associados à rede de comunicações, num prazo de 5 anos, a modernização da rede de iluminação pública (8.750 pontos) ou o desenvolvimento de sistemas de carregamento de veículos elétricos inteligentes</p> <p>Instalação de um compensador síncrono, visando contribuir para a operação segura do sistema elétrico, com recurso integral a energias renováveis</p>	

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C14. Hidrogénio e Renováveis	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira	Instalação de um sistema de baterias para o reforço da capacidade da produção de eletricidade renovável (Porto Santo e Madeira)
	Transição Energética nos Açores	<p>Aumentar a capacidade instalada em 12,6 MW, por via da aposta na eletrificação, produção descentralizada e armazenamento distribuído, com vista à transição energética: aposta na eletrificação, produção descentralizada e armazenamento distribuído, sendo que este investimento permitirá que o utilizador final passe de consumidor final a agente ativo no sistema energético, com a possibilidade de consumir, armazenar e produzir, prestando auxílio à rede</p>
		<p>Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade: investimento no incremento e revitalização da potência útil instalada em energia geotérmica para a produção de eletricidade no global de 17 MW, que permitirá um aumento da descarbonização do setor elétrico, por via do aumento da energia limpa por substituição de parte da energia térmica de base fóssil, a concretizar através da instalação de grupo gerador 5 MW na Central Geotérmica da Ribeira Grande, da expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho e da expansão da Central Geotérmica do Pico Alto</p>
		<p>Corvo Renovável – Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo – 850 kW, sem comprometer a estabilidade e a segurança do sistema elétrico: investimento que permitirá a integração de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, visando alcançar taxas de produção renovável elevadas, através da instalação de um parque eólico e um parque fotovoltaico, e a operação do sistema elétrico sem componente térmica em períodos de abundância de recursos renováveis, com o auxílio de um sistema de armazenamento de energia, a instalar no âmbito de outro projeto</p>
		<p>Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA, para aumentar a capacidade de integração de energia renovável: investimento que permitirá reforçar os sistemas elétricos com soluções que permitam providenciar serviços de sistema e auxiliares com capacidade de <i>grid-forming</i> (controlo de tensão e frequência) à rede, com o intuito de reduzir significativamente a utilização de grupos térmicos (combustíveis fósseis) e permitir uma maior integração de renováveis, salvaguardando a segurança de abastecimento e a qualidade de serviço</p>



A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.



**91 850 45 04**

**93 050 45 04**

**96 150 41 26**

**+351 21 004 24 24**

(de Portugal ou do estrangeiro)

#### **Atendimento Personalizado 24H**

O custo das comunicações depende do tarifário que tiver acordado com o seu operador de telecomunicações.

[www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta, Sede na Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.725.000.000,00 euros. Número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 501525882. Agente de Seguros registado com o nº 419527602, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição: 21/01/2019. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em [www.asf.pt](http://www.asf.pt). O Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.